



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA POLÍTICA

Conjuntura Econômica do Brasil
Junho de 2003

Evolução da economia brasileira em Junho de 2003

As discussões sobre a estabilidade dos preços e as reformas tributária e previdenciária mantiveram-se no centro das atenções durante o transcorrer de junho. De um lado, o debate sobre a magnitude da taxa de juros básica – instrumento utilizado pelo Banco Central para o controle da inflação – trouxe à cena embates entre técnicos e personalidades políticas. De outro, as propostas de mudanças na legislação sobre as questões tributária e previdenciária continuaram mobilizando os interesses de governadores, membros do Congresso Nacional e sindicatos representantes dos servidores públicos.

Enquanto isso, os índices que medem a inflação mostraram algum arrefecimento, refletindo o quadro recessivo e de redução de renda. Em maio, a taxa de desocupação medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atingiu 12,8%, a maior taxa desde março de 2002. Ainda no mês de maio, o rendimento médio dos trabalhadores teve uma redução de 14,7%, comparativamente ao mesmo mês de 2002. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, estima que o crescimento econômico do Brasil em 2003 será ainda menor do que o 1,8% projetado pelo governo no primeiro trimestre do ano. Agora, a estimativa é de 1,6% em relação a 2002, ano em que o Produto Interno Bruto apresentou nível reduzido de crescimento (1,5%). A estimativa de investimentos, que no primeiro trimestre apontava um crescimento de 1,5% neste ano, caiu à metade, passando para 0,7%.

Os dados mais recentes sobre a produção industrial também foram frustrantes, indicando que a desaceleração do mercado interno ganhou intensidade a partir do mês de abril. Entre vinte setores industriais analisados IBGE, catorze apresentaram redução. O decréscimo na produção industrial total de abril foi de 4,2%, relativamente ao mesmo mês de

2002. A produção industrial caiu em nove das doze regiões pesquisadas pelo IBGE. A indústria de São Paulo, que representa quase a metade do desempenho do setor no país, caiu 5,3% em abril, relativamente ao mesmo mês de 2002. Essa queda refletiu-se na criação de empregos. No mês de maio, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) anunciou que a indústria de transformação paulista fechou 2.743 postos de trabalho. Ainda segundo o IBGE, as vendas no varejo também continuam reduzindo-se, principalmente nos segmentos que dependem do crédito ao consumidor, como o de bens duráveis. A queda de abril (3,82%, relativamente ao mesmo mês de 2002), foi a quinta consecutiva na pesquisa mensal do comércio.

O nível de investimento público nos primeiros cinco meses de 2003 foi o menor dos últimos nove anos. Segundo as informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o governo federal gastou apenas R\$174 milhões em investimentos até o final de maio. Essa situação decorre da decisão tomada em fevereiro pelo governo, no sentido de bloquear ao máximo os recursos para investimentos, para alcançar as metas de superávit primário. Em decorrência, sete ministérios do atual governo não chegaram a investir nem 0,1% dos recursos autorizados. Após cinco meses de forte ajuste fiscal, União, Estados, municípios e empresas estatais conseguiram economizar mais do que o acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No acordo firmado no fim de 2002, o governo comprometeu-se a alcançar um superávit primário do setor público de R\$ 34,5 bilhões no primeiro semestre deste ano. A contabilização de receitas e despesas de janeiro a maio (sem incluir gastos com juros sobre a dívida) registrou superávit de R\$ 37 bilhões. Essa folga acumulada, teoricamente, pode garantir mais investimentos no segundo semestre, especialmente na área social. Nos cinco primeiros meses do ano, o superávit corresponde a 5,73% do Produto Interno Bruto (PIB) e a meta acertada é alcançar em dezembro 4,25% no acumulado do ano.

A carga tributária brasileira também tem provocado muitas preocupações. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), os impostos e contribuições atingiram mais de 41% do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre deste ano, representando um acréscimo de dois pontos percentuais relativamente ao mesmo período de 2002.

Estimativas do governo também dão conta que o saldo acumulado da balança comercial deve chegar a US\$10 bilhões no primeiro semestre de 2003. Entretanto, face à valorização cambial dos últimos meses, as perspectivas de curto prazo apontam para uma redução das exportações.

O governo também divulgou o Roteiro para a Nova Agenda de Desenvolvimento Econômico, documento que define como base de sua política industrial o crescimento das

exportações e do volume de comércio exterior. O documento também considera básica a recuperação do investimento em infra-estrutura, propondo maior transparência nas relações entre o setor público e o setor privado. Como o próprio governo estima que a retomada do crescimento sustentável tem um custo de R\$20 bilhões por ano, para desobstruir gargalos na área de infra-estrutura e garantir competitividade aos produtos brasileiros, é necessário que o setor privado participe desse esforço. Além de contar com fontes tradicionais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o governo deve construir uma arquitetura interna baseada em incentivos fiscais, parcerias e linhas especiais de crédito de instituições financeiras públicas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em sua reunião mensal, o Comitê de Política Monetária reduziu a taxa de juros anual de 26,5% para 26%. No final do mês, o governo anunciou um conjunto de medidas para estimular o microcrédito no país, no valor total de R\$4 bilhões. Como cerca de R\$ 20 bilhões devem ingressar no mercado no segundo semestre, na forma de pagamento da diferença do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), restituição do Imposto de Renda (IR) e reajuste nos proventos de aposentados e pensionistas, é possível que essas mudanças tragam algum alento para a economia, dando início à construção de um conjunto de condições necessárias para a retomada do crescimento econômico.

O governo também anunciou que destinará R\$32,5 bilhões em recursos para crédito rural na próxima safra, o que representa um aumento de 25,8% em relação ao ano-safra de 2002/03. Com isso, é possível que a produção de grãos na safra 2003/04 aumente dos atuais 115 milhões de toneladas para mais de 120 milhões de toneladas.

Na área de relações internacionais, os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos afirmaram que o prazo para a criação da Área de Livre Comércio (ALCA), até janeiro de 2005, está mantido.

**Copyright PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA POLÍTICA-PUCSP
EITT/PUCSP - Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia
GEMPA -Grupo de Estudos Metodológicos de Pesquisa Aplicada
Contatos: anitakon@pucsp.br; nc@pucsp.br**

São Paulo/Brasil